

A QUESTÃO UNIVERSITÁRIA

Por EVANDO NASCIMENTO

Jornal do Brasil, 04 de Novembro de 2001

Tal como os militares conseguiram destruir a qualidade do ensino básico e do ensino médio públicos entre os anos 1960 e 70, existe um projeto em curso para acabar com o ensino superior gratuito em nosso país. Nos últimos anos houve inúmeras greves nas universidades federais. A atual foi a primeira a conseguir plena adesão e ocupar amplamente o espaço da mídia televisada e impressa, em parte devido ao adiamento do vestibular.

O Ministério da Educação tem incrementado as formas de avaliação das universidades e de seu corpo docente, mas a contrapartida de auxílio financeiro não tem acontecido. A cada ano, o orçamento das universidades encolhe, faltando dinheiro para a manutenção e, sobretudo, para contratar novos professores, a fim de preencher as vagas deixadas por profissionais que se aposentaram cedo em função dos baixos salários.

Fui formado pela universidade pública e atualmente vivo às suas custas. Procuro, portanto, dar o melhor retorno, publicando textos, dando cursos atualizados, organizando eventos. Do mesmo modo, diversos colegas estão cumprindo seu papel com o empenho indispensável. Fazemos parte de uma geração que ainda acredita na carreira de professor universitário. Sabemos que, apesar das dificuldades, temos um lugar de discussão e desenvolvimento de ideias extremamente salutar. Bem administrado, nosso tempo é o bastante para dar uma contribuição decisiva na resolução das questões sociais, econômicas e culturais. Esta geração ainda consegue a duras penas fazer isso – conseguirá a próxima?

Há cada vez menos dinheiro para pesquisas. O espaço do CNPq e da Capes só faz encolher, apesar de todo o prestígio que milagrosamente esses órgãos de fomento ainda conseguem ter. Todas as grandes potências têm centros importantes de investigação científica, em sua maioria sustentados pelo governo, mesmo nos Estados Unidos. Assim, o que nossas autoridades estão reservando à nação é o papel de montadora de *kits* pré-fabricados na metrópole. Apesar disso, a universidade pública continua a ser a melhor do

país. Com exceção de quatro PUCs, ou de uma fundação como a Getúlio Vargas, o que se vê no setor privado é a multiplicação de fábricas de diplomas. Na França, onde vivi por cinco anos, a educação de qualidade é a pública. O acesso à escola é para todos e, além do mais, qualquer pessoa que tenha passado pelo segundo grau pode entrar na universidade pública. A seleção se faz durante o curso e não num vestibular elitista. Ministrei aulas de Literatura e Cultura Brasileira entre 1993 e 1996 na Universidade Stendhal, de Grenoble. Lá meus alunos eram tanto filhos de imigrantes portugueses, em sua maioria operários, quanto franceses de classe média – algo inimaginável no Brasil.

A despeito do fisiologismo de alguns concursos para entrada de novos professores, do baixo nível de certos cursos e da mediocridade de alguns profissionais, predomina na nossa universidade pública a busca da excelência. Quem é competente, mesmo quando eventualmente for perseguido, constrói sua rede pessoal de vínculos, afirmando uma assinatura em sentido forte. Existe também o caso constrangedor de professores que se aposentam e voltam a prestar concurso, rivalizando com jovens de formação recente. Nada disso aconteceria se o salário fosse adequado e se houvesse uma lei coibindo esse tipo de atitude vergonhosa, que retira dos professores em início de carreira a possibilidade de concorrer com outros de mesmo nível.

A questão legal é um capítulo à parte. Numa ambivalência atroz, o direito de greve por parte dos funcionários públicos seria garantido pela Constituição. Seria: se o Congresso tivesse votado uma lei complementar. Vive-se numa terra de ninguém: pode-se fazer greve (por isso um primeiro juiz declarou a greve de professores e servidores legal), mas não se deve fazer greve (pois o juiz-chefe do Supremo considerou o movimento ilegal por falta da tal lei complementar). Daí o salário, que já não é grande coisa, ter sido cortado.

Mas a questão não é meramente salarial. É toda uma estrutura universitária que precisa ser melhorada, com mais investimentos e organização, e não por um processo de sucateamento ou, pior ainda, de privatização. Remunerar bem os professores é um pequeno passo numa longa caminhada de modernização do aparato universitário, dentro de um amplo debate com a comunidade acadêmica e com a sociedade.

Triste país no qual o pouco que foi preservado em termos de dignidade de ensino é maltratado por um Ministro da Educação como Paulo Renato, que

pensa somente em sua carreira política. A continuar assim, só restará parafrasear o melancólico título do escritor Ignácio de Loyola Brandão: não verás país nenhum. Verás, sim, uma filial, uma nova colônia – do antigo Império.

© Evando Nascimento, 2024